

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

Agenda de Desenvolvimento Municipal: Análise
Integrada e Diretrizes de Conteúdo

JUNHO DE 2020

Referências Cadastrais

Cliente	NEOENERGIA JALAPAO TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.
Localização	Campinas, SP
Título	Agenda de Desenvolvimento Municipal
Contato	Elton Freitas
E-mail	elton.freitas@neoenergia.com
Líder do Projeto:	Fernanda Gomes Corrêa Laham
Gerente:	Fernanda Gomes Corrêa Laham
Coordenadora:	Vívian Cristine Costa Dal'Lin
Projeto/centro de custo:	1.03.04.15235
Data do documento:	06/2020

Elaborador/Autor	Vívian Cristine Costa Dal'Lin	Coordenadora Geral do Projeto
Verificador/aprovador	Fernanda Gomes Corrêa Laham	Gerente Técnica/ Coordenadora Geral

Este documento é composto de 01 volume e está sendo entregue em 01 cópia digital.

Isenção de Responsabilidade:

Este documento é confidencial, destinando-se ao uso exclusivo do cliente, não podendo ser reproduzido por qualquer meio (impresso, eletrônico e afins) ainda que em parte, sem a prévia autorização escrita do cliente.

Este documento foi preparado pela Arcadis logos com observância das normas técnicas recomendáveis e em estrita obediência aos termos do pedido e contrato firmado com o cliente. Em razão disto, a Arcadis logos isenta-se de qualquer responsabilidade civil e criminal perante o cliente ou terceiros pela utilização deste documento, ainda que parcialmente, fora do escopo para o qual foi preparado.

Equipe Técnica

Equipe Técnica		
Karin Ferrara Formigoni	Responsável Técnica	CAU/SP: 18867-0
	Arquiteta e Urbanista	email: karin.formigoni@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Sandra Elisa Favorito Raimo	Responsável Técnica	CRBio: 010513/01-D
	Bióloga	sandra.favorito@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465 r. 6054
Rodrigo Braga Santini	Responsável Técnico	CREA/SP: 5062055883
	Geólogo	rodrigo.santini@arcadis.com
		Tel: (11) 3226-3465 – R. 6054
Fernanda Gomes Corrêa Laham	Gerente Técnica / Coordenadora Geral	CAU/SP: A50634-6
	Arquiteta e Urbanista	email: fernanda.correa@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Vivian Cristine Costa Dal'Lin	Coordenadora Geral	CAU/SP: 149384-1
	Arquiteta e Urbanista	email: vivian.dallin@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Leonardo Mendonça Mendes da Silva	Coordenador do Meio Físico e Biótico e de Geoprocessamento	CREA/SP: 5063313638
	Geógrafo	email: leonardo.mendonca@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465 r.5950
Amanda Paulista	Direito Urbanístico	OAB/SP: 346610
	Advogada	email: amanda.souza@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Rodrigo Zichelle	Geoprocessamento	CREA/SP: 5062466910
	Geógrafo	email: rodrigo@novoambienteconsultoria.com.br
		Tel.: (11) 3226-3465
Bruno Hernandez Incau	Governança Urbana e Planejamento Territorial	CREA/SP: 5069342018
	Engenheiro Ambiental e Urbano	email: bruno.incau@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Elisa Pennings	Planejamento e Gestão de Cidades	CAU/SP: A91736-2
	Arquiteta e Urbanista	email: elisa.pennings@arcadis.com

Equipe Técnica		
		Tel.: (11) 3226-3465
Tatiane Freitas	Meio Físico e Biótico	CREA/SP: 507061578
	Geógrafa	email: tatiane.freitas@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Eduardo Barros	Estagiário	email: eduardo.barros@arcadis.com
	Geografia	Tel.: (11) 3226-3465
Michele Almeida	Estagiária	michele.almeida@arcadis.com
	Ciências e Humanidades e Planejamento Territorial	Tel.: (11) 3226-3465

Índice

1. Agenda de Desenvolvimento Municipal de Miracema do Tocantins.....	6
1.1. Metodologia.....	6
1.2. Resultados	11

Lista de Quadros

Quadro 1-1 – Agenda de Desenvolvimento Municipal do Município de Miracema do Tocantins.....	12
Quadro 1-2 - Eixos de Desenvolvimento do município	18

Lista de Figuras

Figura 1-1 - Etapas incluindo a Agenda de Desenvolvimento Municipal.	6
Figura 1-2 – Temas orientadores da Agenda de Desenvolvimento Municipal.	7
Figura 1-3 – Representação exemplo da definição de fragilidades e potencialidades.	8
Figura 1-4 - Representação exemplo da definição de estratégias.	9
Figura 1-5 - Representação exemplo da definição dos instrumentos.	9

Apresentação

A Linha de Transmissão (LT) 500 kV Miracema – Gilbués II – Barreiras II e SE Associadas vem sendo licenciada no âmbito do processo ambiental IBAMA nº 02012.001891/2019-26, estando atualmente em fase de implantação do empreendimento. Considerando o estabelecido pela Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, o Plano Básico Ambiental (PBA) incluiu, dentre as medidas de compensação, o Programa de Apoio à Elaboração/Revisão do Plano Diretor, cujo objetivo é fornecer apoio à elaboração ou revisão de Planos Diretores dos municípios impactados pelo empreendimento com as seguintes características:

- Municípios que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, que não possuam Planos Diretores, mas que passaram a ter essa obrigação devido à realização do empreendimento;
- Municípios com mais de 20.000 habitantes que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, onde foram verificadas alterações significativas no ordenamento territorial do município, em função do empreendimento.

Esta condicionante foi reforçada pela Licença de Instalação (LI) nº 1331/2019 do empreendimento, que traz como condicionantes ao empreendedor apresentar os Termos de Compromisso com as seguintes prefeituras:

- Aquelas que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, que não possuam Planos Diretores, mas que passaram a ter essa obrigação devido à realização do empreendimento, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei 10.257/2001;
- Aquelas dos municípios com mais de 20 mil habitantes, que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, onde forem verificadas alterações significativas no ordenamento territorial do município, em função do empreendimento, nos termos da Resolução Recomendada nº22, de dezembro de 2006.

Neste sentido, a elaboração do Plano Diretor do município de Miracema do Tocantins insere-se no contexto deste Programa. Para tanto, a Arcadis foi contratada pela Neoenergia, empresa responsável pela implantação da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Miracema – Gilbués II – Barreiras II e SE Associadas, para prestação de serviços de consultoria especializada no apoio técnico à elaboração do Plano Diretor em questão.

Sabe-se que o Plano Diretor é um instrumento integrante do sistema de planejamento municipal, em conjunto com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual e demais disciplinas de ordenamento territorial, como Leis de Parcelamento, de Uso e Ocupação do Solo e de Perímetro Urbano.

Embora o Estatuto da Cidade estabeleça poucas matérias de conteúdo obrigatório aos Planos Diretores (arts. 42 e 42-A da Lei Federal nº 10.257/2001), observa-se, nos últimos anos, que tais leis têm sido elaboradas a partir de um escopo amplo, considerando desde as normas específicas de ordenamento territorial até diretrizes de políticas setoriais. A questão suscitada frente a essa ampliação de escopo é que, não raro, as disposições legais inseridas nos Planos Diretores são genéricas e, portanto, pouco condizentes com a realidade municipal existente e

projetada, e pouco instrumentalizadas, o que tem impactado no grau de efetividade e aplicabilidade do Plano Diretor.

Em vista disso, é fundamental que haja uma definição estratégica dos conteúdos a serem inseridos no Plano Diretor, a fim de selecioná-los, categorizá-los, ordená-los em termos de prioridade e examiná-los em vista dos instrumentos e ferramentas disponíveis ao Poder Executivo para solucioná-los. Este processo de definição resulta na **Agenda de Desenvolvimento Municipal de Miracema do Tocantins**, apresentada neste relatório.

1. Agenda de Desenvolvimento Municipal de Miracema do Tocantins

A Agenda de Desenvolvimento Municipal corresponde a uma matriz, produto de um processo de análise, seleção e sistematização de dados, desenvolvida ao final da etapa de Diagnóstico Municipal e ao início da etapa de elaboração de Propostas. Sua finalidade é assegurar que os conteúdos disciplinados pelo Plano Diretor reflitam os reais problemas e questões existentes no município de Miracema do Tocantins, bem como garantir a instrumentalidade e aplicabilidade das disposições propostas.

A Agenda, portanto, ocorre de maneira transversal, consolidando as análises realizadas durante a etapa de Diagnóstico Municipal e garantindo os subsídios necessários para as Propostas que serão realizadas. À medida em que o Diagnóstico Municipal disponibiliza dados caracterizadores do município e análises correspondentes, as primeiras informações que irão compor a matriz da Agenda de Desenvolvimento Municipal são identificadas e, neste sentido, ela atua também como um processo de conclusão técnica da etapa de diagnóstico. À medida em que as análises avancem no sentido de elaborar as propostas de conteúdo do Plano Diretor, a matriz lhe é preparatória, garantindo a linearidade e a clareza das propostas técnicas sugeridas e orientando o seu detalhamento no formato jurídico, obrigatório para a Minuta de Lei de Plano Diretor, produto final do estudo.

Figura 1-1 - Etapas incluindo a Agenda de Desenvolvimento Municipal.



Elaboração: Arcadis, 2020.

1.1. Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração e desenvolvimento da Agenda de Desenvolvimento Municipal teve por base o “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores”, cuja versão para teste foi apresentada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU) no ano de 2019. A partir dos circuitos e procedimentos constantes no referido Guia, foi desenvolvida uma metodologia detalhada e adequada não apenas à consecução dos objetivos da Agenda de Desenvolvimento Municipal, mas também aos desafios e contextos específicos decorrentes do processo de elaboração do Plano Diretor do Município de Miracema do Tocantins.

O processo que envolve a definição da Agenda de Desenvolvimento Municipal é desenvolvido em duas fases: a **Análise integrada** e as **Diretrizes de conteúdo**, a seguir apresentadas.

Análise Integrada

Sabe-se que o Diagnóstico Municipal, primeiro produto integrante do processo de elaboração do Plano Diretor, é um relatório amplo das condições do Município, no qual são compilados e analisados dados dos mais diversos setores e temas, a fim de caracterizar de maneira holística o município. Sendo assim, é fundamental um olhar interdisciplinar, o qual denominamos aqui de Análise Integrada, que consiga, a partir do confronto entre as diferentes análises realizadas para os meios socioeconômico, físico e biótico, identificar os temas mais relevantes para o desenvolvimento do município frente a tudo que foi estudado.

Por temas, entendem-se os assuntos de caráter geral, cuja disciplina guarda relação direta com o escopo do Plano Diretor, por exemplo, habitação, uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico, meio ambiente. Com base no “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores” foram elencados 12 temas orientadores, dentre os quais deverão ser identificados os mais pertinentes à dinâmica e realidade municipal específica de Miracema do Tocantins, de forma a direcionar os próximos itens identificados e garantir a adequação do conteúdo do Plano Diretor. Cabe ressaltar que a escolha dos temas varia de acordo com a sua relevância e recorrência no Município, de forma que não necessariamente todos serão abordados ao longo da Agenda de Desenvolvimento Municipal.

Figura 1-2 – Temas orientadores da Agenda de Desenvolvimento Municipal.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Uma vez identificados os temas, deverão ser levantadas as **fragilidades** e **potencialidades** do Município. As primeiras representam os principais desafios a serem superados ou mitigados durante os 10 anos de vigência do Plano Diretor ora em elaboração. Vale dizer que as fragilidades se referem tanto aos problemas existentes no município quanto aos problemas que poderão ocorrer em um futuro próximo cuja previsibilidade seja possibilitada pelos dados levantados durante a fase de diagnóstico. Já as potencialidades correspondem aos pontos mais fortes do município, podendo eles serem ou não definidores da sua identidade. Entende-se, portanto, que as potencialidades são pontos a serem incentivados e monitorados durante a vigência do Plano Diretor, a fim de assegurar o desenvolvimento adequado do município.

O levantamento das fragilidades e potencialidades deriva dos temas identificados, pois é realizado a partir do desenvolvimento e direcionamento dos temas. Toma-se como exemplo o

tema da habitação. Uma vez identificado como tema pertinente ao município, deverá ser perguntado: qual é o motivo que leva o tema da habitação a ser relevante no município? É por conta da existência de ocupações irregulares? É por conta do baixo déficit habitacional relativo? Portanto, a partir do desenvolvimento de questionamentos sobre os temas identificados, será possível levantar as fragilidades e potencialidades associadas, as quais deverão ser organizadas por critério de prioridade.

Figura 1-3 – Representação exemplo da definição de fragilidades e potencialidades.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Entende-se, portanto, que a primeira fase da Agenda de Desenvolvimento Municipal decorre, prioritariamente, do confronto entre os principais resultados obtidos durante a etapa de diagnóstico, a chamada Análise Integrada, tendo como produtos resultantes a identificação dos temas, fragilidades e potencialidades do Município.

Diretrizes de Conteúdo

Tendo sido identificados os pontos críticos e potenciais para o desenvolvimento do Município, será dado início à segunda fase da Agenda de Desenvolvimento Municipal, denominada Diretrizes de Conteúdo. Esta consiste na definição dos eixos de desenvolvimento municipal, bem como das estratégias, instrumentos e ferramentas complementares que assegurarão a melhor disciplina e efetividade das medidas de incentivo das potencialidades e de superação/mitigação das fragilidades.

Os eixos de desenvolvimento do município nada mais são do que as diretrizes que orientarão a elaboração do Plano Diretor. São os pontos para os quais o Plano Diretor dará mais atenção e fixará instrumentos e ferramentas específicas voltadas à sua concretização. Isso não significa, no entanto, que questões não incluídas nos eixos de desenvolvimento do município serão desconsideradas; significa apenas que os eixos são os pilares sobre os quais toda a disciplina do Plano Diretor será estruturada, a partir do qual as demais questões serão abordadas. Sua definição decorre diretamente das fragilidades e potencialidades identificadas.

Já as estratégias correspondem aos direcionamentos gerais que podem ser dados às fragilidades e potencialidades encontradas, mirando o seu incentivo ou sua mitigação/resolução.

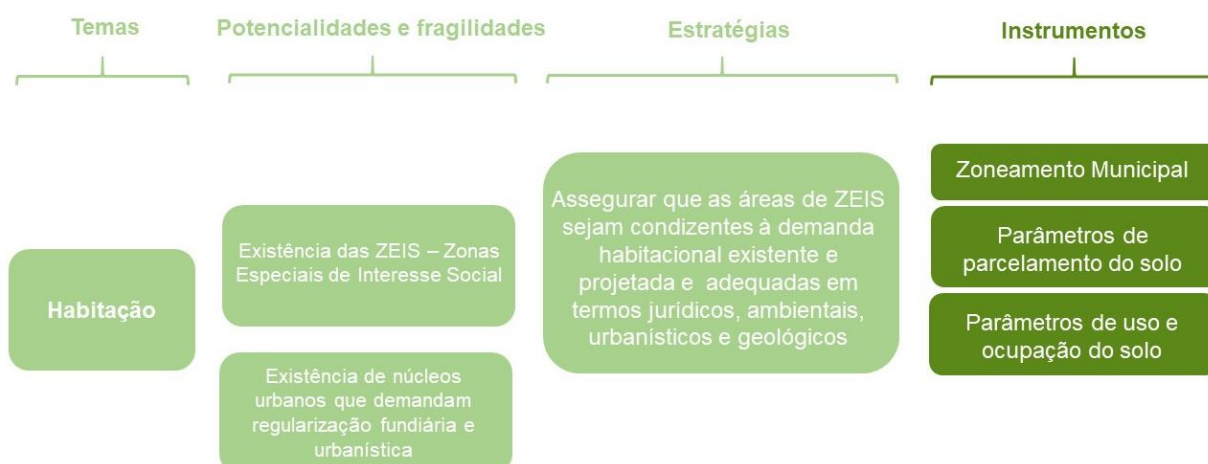
Figura 1-4 - Representação exemplo da definição de estratégias.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Os instrumentos, derivados e em consonância com as estratégias, representam os meios diretos e pertinentes ao combate ou incentivo das problemáticas levantadas. Compreende o conjunto de ações e procedimentos legais para intervir, regulamentar, controlar e direcionar o desenvolvimento municipal. Os instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade são algumas dessas ferramentas, bem como as propostas de Macrozoneamento Municipal e Zoneamento Urbano e Rural e as Políticas Setoriais. A figura abaixo exemplifica alguns instrumentos que poderiam ser aplicados para intervir em uma das potencialidades identificadas para o tema de Habitação.

Figura 1-5 - Representação exemplo da definição dos instrumentos.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Por fim, as ferramentas complementares são instrumentos que, embora pertinentes às questões trabalhadas no Plano Diretor, não são específicas do seu escopo, cabendo à legislação específica a sua regulamentação. É o caso, por exemplo, da definição de parâmetros de incomodidade, os quais, apesar de estarem diretamente relacionados ao zoneamento e ordenamento territorial estabelecido pelo Plano Diretor, é conteúdo de legislação específica de uso e ocupação do solo.

Vale dizer que as informações identificadas e levantadas durante as duas fases referidas serão sistematizadas em uma matriz específica, a qual corresponde à Agenda de Desenvolvimento Municipal.

1.2. Resultados

Após terem sido identificadas e confrontadas as principais problemáticas incidentes no município de Miracema do Tocantins em cada um dos meios estudados (socioeconômico, físico e biótico) e questões jurídicas atreladas, chegou-se às principais potencialidades e fragilidades diagnosticadas, e, por consequência, aos temas de maior relevância aos quais essas questões se inserem. A partir deste olhar multidisciplinar foram então traçados as estratégias e instrumentos necessários para direcionar ações voltadas para o enfrentamento das problemáticas identificadas. Na sequência, com a consolidação da Agenda, foi possível identificar os temas e questões mais sensíveis e latentes no município, as quais entende-se ser necessário um enfoque prioritário através da proposição dos chamados Eixos de Desenvolvimento que, por sua vez, deverão nortear de maneira geral o desenvolvimento sustentável de Miracema do Tocantins para os próximos 10 anos e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida de sua população.

O quadro abaixo sintetiza os resultados da Agenda de Desenvolvimento Municipal de Miracema do Tocantins e a seguir serão apresentados e justificados cada um dos Eixos de Desenvolvimento definidos para a efetivação do Plano Diretor do município.

Quadro 1-1 – Agenda de Desenvolvimento Municipal do Município de Miracema do Tocantins.

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades/ Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
Meio Ambiente	Bacia hidrográfica do Córrego Correntinho para abastecimento público	Delimitar a bacia com intuito de recuperar suas nascentes e manter práticas sustentáveis que garantam qualidade e quantidade para o abastecimento público	Zoneamento Rural (Recuperação ou Produção Sustentável)
	Existência de Campo de Dunas - alta fragilidade ambiental	Delimitar estas áreas frágeis com finalidade de permitir manejo adequado, pesquisas e outras atividades que não potencializem processos erosivos e degradação ambiental	Zoneamento Rural (Especial)
	APPs urbanas com ocupações indevidas	Criar e buscar, continuamente, políticas de incentivos à recuperação e preservação das APPs	Política Setorial de Meio Ambiente
		Fortalecer as ações visando aumentar arrecadação de ICMS ecológico	Política Setorial de Meio Ambiente
		Recuperar APPs degradadas	Política Setorial de Meio Ambiente
	Mapear as APPs ocupadas e desocupadas a fim de auxiliar os técnicos municipais na fiscalização e acompanhamento da ocupação nessas áreas e impedir o avanço da ocupação urbana sobre tais áreas	Zoneamento Urbano (Zepam)	
	Área de Veredas entre a Parte Baixa e Alta da sede municipal	Delimitar as áreas com a finalidade de manter a preservação e função ambiental das mesmas	Zoneamento Urbano (Zepam x uso especial)
	Pressão de expansão urbana em direção a córrego contribuinte do Correntinho e córrego Saltinho (contribuinte do rio Providência)	Ordenar o crescimento da área urbana com vista a garantir que estas áreas não sofram com desmatamento e ocupação de suas APPs	Perímetro Urbano ou Zoneamento Urbano (Zepam)
	Serra da Bandeira e região de Pilões (unidade geoambiental de Chapadas e Platôs) possuem Alta suscetibilidade à erosão e movimentos gravitacionais de massa	Delimitar áreas com maior fragilidade ambiental e indicar usos mais adequados, ou seja, que não potencializem a ocorrência de tais fenômenos	Zoneamento Rural (Zona de Produção e Turismo Sustentável)
Bacia hidrográfica do Córrego Correntinho degradada	Desenvolver, fomentar e instalar soluções para tratamento de esgoto na área urbana e rural da Bacia do Córrego Correntinho	Política Setorial de Meio Ambiente	
	Criar e buscar (nos governos estaduais e federais) políticas de incentivos a recuperação e preservação das APPs	Política Setorial de Meio Ambiente	
	Delimitar a bacia do Córrego Correntinho com intuito de viabilizar a recuperação de sua nascente e manter práticas sustentáveis que garantam qualidade e quantidade para o abastecimento público	Zoneamento Rural (Recuperação ou Produção Sustentável)	
Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães tem PACUERA e deve ser considerado nos zoneamentos urbanos e rurais	Verificar Pacuera e zoneamento para alinhamento com zoneamento do Plano Diretor.	Zoneamento Rural e Urbano	
Qualidade Ambiental Urbana	Área de Veredas entre a Parte Baixa e Alta da sede municipal	Delimitar as áreas com a finalidade de manter a preservação e função ambiental das mesmas, estruturando, onde possível, áreas de lazer, com acesso pela área pública do St Sussuapara	Zoneamento Urbano (Zepam x uso especial)
Patrimônio Cultural	Alto potencial arqueológico (66 Sítios arqueológicos)	Realizar parcerias com universidades e grupos de pesquisas arqueológicas com finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre tal potencial	Política Setorial de Patrimônio Cultural e Educação
	Primeira capital do estado do TO; Existência de lugares de memória da história do município em bom estado de conservação	Realização de estudos para viabilização para processo de tombamento municipal de lugares relevantes do ponto de vista histórico	Política Setorial de Patrimônio Cultural e Educação

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo		
Temas	Potencialidades/ Fragilidades	Estratégias	Instrumentos	
Turismo	Caverna da Fumaça (a 21ª maior caverna reconhecida no estado do Tocantins) e outras cavernas	Definir regras e diretrizes para regulamentação de visitação junto ao proprietário (público ou privado)	Política Setorial de Turismo	
		Estudar e efetuar registro destes locais no CANIE		
	Potencial turístico e de UC para a Serra da Bandeira	Realizar parcerias com universidades e grupos de pesquisas espeleológicas com finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre tal potencial	Política Setorial de Turismo	
		Verificar possibilidade de benefícios junto ao ICMS ecológico e interesse em criação de uma UC municipal (APA)	Política Setorial de Meio Ambiente	
		Alto potencial turístico relacionado ao rio Tocantins com presença de diversas Ilhas, Praias, Balneários e eventos	Elaborar do Plano Municipal de Turismo e adotar o turismo como fator de desenvolvimento econômico, capacitando e estruturando toda a cadeia do setor no município	Política Setorial de Turismo
	Insuficiência de estrutura, regras e planejamento para a visitação das Ilhas e Praias associadas ao rio Tocantins			
	Ausência de trilhas definidas, sinalizadas e estruturação para visitação da Serra da Bandeira			
Cadeia turística urbana pouco estruturada (hospedagem, alimentação e transporte principalmente)				
Uso e Ocupação do Solo	Boa distribuição dos equipamentos públicos e comunitários	Verificar se mais algum equipamento é demandado atualmente e verificar possíveis demandas para os próximos 10 anos, considerando a projeção populacional, em caso positivo, incentivar equipamentos em áreas menos servidas	Políticas setoriais de forma localizada / direito de preempção em caso de área não pública	
	Lotes urbanos irregulares, com exceção do St Flamboyant II, Sussuapara (Universitário) I e II, Jd Buritis e Santa Rosa	Dotar a prefeitura de procedimentos de aprovação e fiscalização de parcelamentos	Disciplina de parcelamento do solo e fiscalização	
		Assegurar que a prefeitura tenha as ferramentas para a realização de projetos de regularização fundiária	Regularização dos parcelamentos irregulares com procedimentos específicos	
		Impedir novos loteamentos desconectados e sem aprovação	Macrozoneamento Urbano (definido pelo Perímetro Urbano)	
		Priorizar regularização em setores com predominância de famílias de baixa renda, considerando soluções adequadas de saneamento, especialmente à margem do rio Sussuapara	Zoneamento Urbano (ZEIS ocupada) / Setorial de Saneamento	
	Regramento insuficiente para a ocupação do solo	Dotar a prefeitura de regras autoaplicáveis de regulação de uso e ocupação do solo	Parâmetros de ocupação por zona	
	Áreas micro parceladas na zona rural, próximo da represa de Lajeado e do ribeirão Santa Luzia	Delimitar essas áreas para evitar a expansão dos micro parcelamentos	Núcleos de ocupação urbana	
Transformar essas áreas em urbanas, em vista dos tamanhos do lote e forma da ocupação		Núcleos de ocupação urbana		
	Estabelecer um zoneamento que permita a regularização da ocupação atual	Zona de Ocupação Moderada		

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades/ Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
	Área de vereda indevidamente ocupada	Delimitar essas áreas para evitar a expansão da ocupação	Zoneamento Especial para esta área, a ser sobreposta por delimitação específica da área de vereda quando disponível
		Dotar a prefeitura de instrumentos para fiscalizar a ocupação	
	Setores predominantemente residenciais em áreas suscetíveis à inundação	Delimitar essas áreas para evitar a expansão da ocupação	Zoneamento específico
		Preservação destas áreas e restrição para ocupação	Política Setorial de Meio Ambiente/ Zoneamento especial
	Setores urbanos específicos de baixa renda (Saltinho e Novo Horizonte, por exemplo)	Entender se a diferença de renda implica em demandas diferenciadas de equipamentos públicos e infraestrutura. Caso sim, levar isso em conta no zoneamento	Zoneamento / parâmetros de uso e ocupação / preempção em caso de ausência de eq público
	Indústrias de mineração e abatedouro próximas às áreas urbanas, que apesar de não trazerem incomodidade a vizinhança, tem alto potencial de impacto ambiental	Verificar como tem sido o monitoramento, licenciamento e fiscalização dessas indústrias e se a prefeitura deseja estabelecer novos procedimentos para a instalação de indústrias	Ocupação do Solo / EIV
	Ausência de áreas demarcadas para o uso industrial	Destinar áreas apropriadas para a instalação de indústrias, considerando logística, acesso, aspectos do meio físico	Zona Industrial
Viabilizar incentivos para atrair indústrias		Políticas setoriais	
Áreas de cultivo em setores de baixa renda	Manter permissão da atividade no zoneamento	Zoneamento urbano	

Expansão Urbana	Perímetro urbano muito amplo, em vista da baixa densidade atual e da diminuição da população nos últimos anos, o que possibilita a implantação de parcelamentos afastados da área urbana consolidada	Definir um perímetro urbano considerando projeção de crescimento populacional, vazios urbanos e áreas propícias: menor fragilidade e riscos do ponto de vista físico e ambiental, adjacente à área urbanizada existente, próximo de equipamentos públicos	Macrozoneamento Urbano (definido pelo Perímetro Urbano)
	Mancha urbana pouco densa e presença de vazios urbanos, descontinuidade pela presença da área de vereda e pelas ocupações a sul do córrego Correntinho: Jd Buritis e setor Correntinho	Incentivar a ocupação das áreas vazias ou com baixa densidade	Zoneamento / Parâmetros de uso e ocupação do solo
	Pressão de expansão urbana e direção a córrego contribuinte do Correntinho e córrego Saltinho (contribuinte do rio Providência)	Definir o perímetro urbano de forma a orientar a ocupação em direção às áreas sem fragilidade do ponto de vista ambiental e físico	Macrozoneamento Urbano (definido pelo Perímetro Urbano)
	Margem do Santa Luzia e represa de Lajeado suscetível à urbanização (Área de Urbanização Restrita I)	Delimitar essas áreas para evitar a expansão dos micro parcelamentos	Núcleos de ocupação urbana
		Transformar essas áreas em urbanas, em vista dos tamanhos do lote e forma da ocupação	Núcleos de ocupação urbana
		Extinguir a Área de Urbanização Restrita I, como estratégia de desincentivar a ocupação futura	Macrozoneamento Urbano
		Estabelecer um zoneamento que permita a regularização da ocupação atual	Zona de Ocupação Moderada
População vem diminuindo nos últimos anos e se manteve concentrada na área urbana (90% da população vive na área urbana)			

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades/ Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
Saneamento	Ausência de aterro sanitário	Verificar possibilidade de destinação adequada de lixo com Consórcio Intermunicipal/ Construção de aterro sanitário municipal	Política Setorial de Meio Ambiente
	Pontos de acúmulo de águas pluviais e ausência de planejamento sistêmico	Elaborar estudos de Macro e Micro drenagem para entender a dinâmica e demanda para captação das águas pluviais e evitar alagamentos	Política Setorial de Saneamento
	Ausência de rede e tratamento de esgoto - em fase de implantação, começando pelos setores Jd Flamboyant e Sussuapara	Incentivar saneamento individual sustentável no âmbito rural e solução para toda a área urbana	Política Setorial de Saneamento
		Revisão do Plano de Saneamento	Política Setorial de Saneamento
Transporte e Mobilidade	Curtas distâncias e distribuição de usos favorecem transporte a pé e por bicicleta	Manter a mancha compacta e diversificar os usos urbanos, para que não haja fragmentação de usos específicos que demandam deslocamentos	Macrozona Urbana / Zoneamento Misto
		Instituir regras para calçadas e ciclovias para novos loteamentos	Regras de parcelamento do solo
		Incentivar transporte por bicicleta e a pé de modo seguro, confortável e harmonioso entre os diferentes modais de transporte	Políticas Setoriais de Mobilidade e de Educação
	Existência de Programa de parceria entre prefeitura e proprietários de lotes para construção e requalificação de calçadas	Requalificar as calçadas em vias prioritárias	Política Setorial de Mobilidade
		Fortalecer a política existente	Política Setorial de Mobilidade
	Pavimentação antiga; vias com obstáculos para a circulação	Viabilizar a recuperação da pavimentação, com projeto de asfaltamento acompanhado de calçadas com arborização e ciclovias, onde adequado	Política Setorial de Mobilidade
	Equipamentos desconectados do tecido urbano: UFT - altos riscos no deslocamento	Buscar parceria junto ao órgão responsável pela gestão da rodovia a fim de viabilizar projeto de via paisagística com iluminação, ciclovias e calçadas para conexão com a UFT (campus Cerrado)	Política Setorial de Mobilidade
	Vias de conexão entre Parte Alta e Parte Baixa não favorece o deslocamento por modais de mobilidade ativa	Projeto específico para requalificação das vias, incluindo ciclovias e calçadas	Política Setorial de Mobilidade
Logística e escoamento da produção pouco favorecidos em razão da sua localização e da rede de rodovias (elas são mais abundantes em Miranorte)	Elaborar Plano de Mobilidade Urbana, considerando a integração de todo o território municipal	Política Setorial de Mobilidade	
	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável com foco na logística de produção rural	Política Setorial de Desenvolvimento Rural	
Desenvolvimento Econômico	Áreas disponíveis e adequadas para receber indústrias, do ponto de vista do meio físico e da logística	Delimitar área específica para receber indústrias	Zoneamento Industrial
	Presença de Universidades, entretanto com pouca diversidade de cursos	Incentivar a ampliação das universidades, de forma distribuída no território e a diversificação de cursos, considerando as atividades econômicas estratégicas para o desenvolvimento do município e seus atributos naturais	Política Setorial de Educação/ Usos incentivados
	Município destino da região imediata, em razão dos seus serviços de saúde (hospitais de alta complexidade), de educação (campi universitários) e comércios	Estimular estruturação de infraestrutura para acomodar e atender o fluxo populacional decorrente de tais atividades, considerando comércio e serviços e equipamentos públicos	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico
	Economia estagnada. Investimento privado insuficiente. Jovens ou trabalhadores, muitas vezes, optam por morar em outras cidades com mais oportunidades	Estimular desenvolvimento de indústrias e empresas vinculadas ao turismo e beneficiamento da produção rural local	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico
		Apoiar a diversificação de atividades econômicas rurais e urbanas e incentivar setores estratégicos	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico
	Implementar incentivos para atração de indústrias e setores estratégicos	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico	

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades/ Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
	Baixo crescimento do PIB nos últimos anos (é o menor crescimento da região imediata)		
	Faz parte da Região Metropolitana de Palmas		
Desenvolvimento Rural Sustentável	Produção de abacaxi significativa e inserção em região com grande produção	Promover atividades e indústrias de beneficiamento da produção para geração de emprego e renda/ articular parcerias com municípios vizinhos	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Assentamentos rurais numerosos e organizados	Incentivar o cooperativismo e associativismo, inclusive com aplicação de cursos introdutórios sobre o assunto (SENAR)	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
		Delimitar áreas com potencialidade de uso para agricultura familiar.	Zoneamento Rural (Zona de Produção Sustentável)
	Presença do rio Tocantins - possibilidade de diversificar atividades, inclusive a piscicultura	Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável para identificação de novas alternativas de produção	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Pouca conectividade da área urbana com as propriedades rurais	Promover políticas e programas de facilitação do comércio da produção de agricultores familiares, pequenos produtores e cooperativas e associações	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Falta de articulação entre a maior parte dos produtores rurais	Incentivar o cooperativismo e associativismo, inclusive com aplicação de cursos introdutórios sobre o assunto e apoio técnico público	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Chácaras no Barra do Providência sofrem com aplicação de agrotóxicos nas propriedades vizinhas	Delimitar áreas que sofrem com tais problemas para implantar técnicas que priorizem produções sustentáveis, orgânicas, agroecológicas ou biodinâmicas.	Zoneamento Rural (Zona de Produção Sustentável/ Cinturão Verde)
	Pequenos agricultores e agricultores familiares relatam dificuldades de abastecimento de água para consumo ou para uso nas lavouras, de gestão de resíduos sólidos e de falta de apoio institucional para garantir a produtividade	Estabelecer convênios e parcerias com órgãos de governo e agências multilaterais para o planejamento da produção agropecuária e apoio técnico aos pequenos produtores	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
		Desenvolver políticas e programas para garantia do acesso à água nas áreas urbanas e rurais, em quantidade e qualidade adequadas aos usos pretendidos.	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico/Meio Ambiente
		Priorizar ações para atendimento de pequenos produtores e agricultores familiares visando a garantia do acesso à água e a segurança hídrica.	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico/Meio Ambiente
Incentivar técnicas que priorizem produções sustentáveis, orgânicas, agroecológicas ou biodinâmicas.		Política Setorial de Desenvolvimento Rural	
	Promover os serviços de apoio técnico oferecidos pelo órgão estadual e dotar a prefeitura de quadro técnico adequado para o atendimento de demandas	Política Setorial de Desenvolvimento Rural	
Financiamento da Política Urbana	Baixa capacidade de investimento pelo poder público	Revisar Código Tributário e PGV para atualizar valores de arrecadação de impostos, bem como as condições de cobrança do IPTU e demais impostos	
Habitação	Presença de empreendimentos de HIS	Manter a articulação com os órgãos federais e estaduais para viabilizar novas unidades	Política Setorial de Habitação

Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de conteúdo	
Temas	Potencialidades/ Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
Habitação	Áreas disponíveis propícias para incremento de HIS	Definir áreas para reserva de construção de novas HIS, caso seja de interesse	ZEIS de vazios
	Baixo déficit habitacional, quando comparado à média estadual. Um dos menores déficits do país.		
	Setores urbanos irregulares com população vulnerável: al. Sussuapara; Saltinho; Novo Horizonte; Baixa Preta	Regularização fundiária prioritária nestes setores para obtenção das matrículas e possibilidade de crédito para reformas	Diretrizes de regularização
		Demarcação das áreas a serem regularizadas	ZEIS de regularização
Risco à ocupação humana	Mancha urbana com baixa fragilidade do meio físico (predomínio de áreas com baixa suscetibilidade a erosão e inundação)	Garantir que a ocupação urbana seja mantida em áreas com baixa fragilidade do meio físico	Macrozoneamento urbano / perímetro urbano
	Veredas - Solo hidromórfico nas áreas urbanas inadequado para a ocupação	Demarcação de um zoneamento urbano específico como forma de evitar a ocupação dessas áreas e facilitar a fiscalização do poder executivo	zoneamento específico (uso especial), a ser sobreposto pela demarcação futura das APPs de veredas
	"Parte baixa" suscetível à inundação e alagamentos	Verificar com o MP as medidas que já estão sendo pensadas e, caso pertinentes ao escopo do PD, adicioná-las à minuta	
		Aplicar parâmetros urbanísticos mais adequados nestas áreas que possuem suscetibilidade frente a ocorrência de tais fenômenos	Zoneamento Urbano - Parâmetros específicos
Gestão	Tem conselhos municipais ativos, o que demonstra proatividade da prefeitura e da sociedade civil	Verificar se algum dos conselhos pode ser o que acompanhará a implementação do PD	Instrumentos de gestão do PD
	Tem uma secretaria específica de desenvolvimento urbano	Dotar a prefeitura de quadro técnico adequado para a gestão das diretrizes e regramentos instituídos pelo Plano Diretor	Política Setorial de Adm. Pública
	Ausência de estratégias para áreas ambientalmente frágeis e protegidas	Instituir Defesa Civil	Políticas Setoriais
	Conflitos de uso na área urbana: carros de som	Verificar a como tem agido a fiscalização diante dos níveis de incomodidade já estabelecidos no Código de Posturas	Zoneamento/ parâmetros de incomodidade
	Viabilizar a atualização dos níveis de ruído (caso necessário) e adequá-los ao zoneamento a ser proposto		
	Delimitar área específica para eventos de som alto, pensando no acesso seguro dos usuários		Zona de Uso Especial

Legenda:

	Potencialidade - Fator favorável ao desenvolvimento do município e que pode ser potencializado com ações municipais
	Aspecto Crítico - Fator de importância para o desenvolvimento do município, sem ser favorável ou desfavorável
	Fragilidade - Fator favorável ao desenvolvimento do município e que demanda ações de correção municipal

Elaboração: Arcadis, 2020.

Eixos de Desenvolvimento Municipal

Os eixos de desenvolvimento do município, elaborados a partir da matriz de fragilidades e potencialidade de Miracema do Tocantins, podem ser encontrados na tabela a seguir.

Quadro 1-2 - Eixos de Desenvolvimento do município

Eixos de Desenvolvimento	
Uso e ocupação do solo	Adequação do Perímetro Urbano, gestão e controle do uso do solo, visando o desenvolvimento ordenado e sustentável do município
Turismo	Fomento do potencial turístico e cultural como fator de desenvolvimento econômico
Meio Ambiente	Recuperação da Bacia do Córrego Correntinho e preservação de suas APPs; Proteção da área de vereda em meio à mancha urbana
Desenvolvimento Econômico	Incentivo e diversificação de atividades econômicas urbanas e rurais, de forma estratégica e coordenada, visando a recuperação econômica do município e geração de emprego e renda de forma sustentável
Mobilidade Urbana	Estruturação da Mobilidade Municipal e Intermunicipal de pessoas e cargas, considerando a posição do município em relação à Região e incentivando modos ativos de deslocamento na mancha urbana

Elaboração: Arcadis, 2020.

O primeiro eixo corresponde à necessária priorização do regramento do uso e da ocupação do solo, sobretudo urbano, considerando que as normativas atuais a este respeito são insuficientes para tal. O objetivo deste eixo, portanto, é embasar normativas que estabeleçam as áreas propícias para a expansão da mancha urbana, as regras de organização desta expansão, bem como parâmetros para a utilização das áreas já urbanizadas, com intuito de assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento do território.

O segundo eixo de desenvolvimento baseia-se no potencial significativo para o desenvolvimento da atividade turística no município, identificado durante a etapa de Diagnóstico. A existência de atrativos naturais, aliada a atividades econômicas de apoio à atividade, como hotéis e restaurantes, e ao acesso facilitado pela proximidade com a capital, Palmas, propicia que o turismo se desenvolva no município e dinamize sua economia.

O tema Meio Ambiente também se mostrou de grande relevância para o desenvolvimento de Miracema do Tocantins, conforme enfatizado anteriormente, com destaque para a necessária recuperação da Bacia e das APPs do Córrego Correntinho, o que visa garantir quantidade e qualidade de água para abastecimento público. Destaca-se, também, a presença da área de vereda em meio à mancha urbana da sede, cuja preservação se faz necessária para assegurar a qualidade ambiental urbana e a sobrevivência do referido ecossistema.

Ainda considerando a necessária dinamização econômica do município, o quarto eixo de desenvolvimento proposto visa garantir a criação de estratégias para o setor, tomando por base as atividades com observado potencial de desenvolvimento e a diversificação destas atividades, prevenindo, assim, grande dependência de um só setor.

Por fim, o eixo relacionado à Mobilidade Urbana objetiva melhorar o aproveitamento do posicionamento do município em relação à rede de rodovias regional, bem como sua rede

interna de transporte, com o intuito de apoiar as ações de dinamização econômica. Este eixo considera, também, a necessidade e a possibilidade de incentivar deslocamentos à pé e de bicicleta na área urbana de Miracema do Tocantins, por meio de estruturação da rede viária, manutenção de atividades diversificadas nos setores urbanos e conscientização da população a respeito dos benefícios destes modais.

